



- Cadastre-se
 Mapa do Site
 Conheça o Financenter
 Indique o Financenter

Busca

>> Dicas >> Carreira >> O assédio sexual no ambiente de trabalho

O assédio sexual no ambiente de trabalho

"O empregador responde solidariamente pela conduta de seu empregado"

Em que pese a desenfreada evolução tecnológica com vistas a um mercado de trabalho cada vez mais globalizado, com a comunicação em tempo real entre profissionais situados nos mais diversos pontos do planeta, e até o desenvolvimento do trabalho em domicílio, o fato é que a maioria das pessoas ainda passa a maior parte do tempo no local de trabalho, mais até do que no convívio familiar. Em razão disso, por permanecerem os empregados boa parte do dia à disposição do empregador, compete às empresas adotar normas que visem a redução dos riscos inerentes ao trabalho e a preservação da saúde, higiene e segurança dos empregados.

Além de zelar pela integridade física dos trabalhadores, também cabe às empresas a manutenção de um ambiente de trabalho moralmente sadio, com bons relacionamentos entre os empregados, nos diversos níveis da estrutura organizacional. Nesse contexto, insere-se a necessidade de erradicação de qualquer forma de discriminação no ambiente de trabalho, seja por motivo de raça, sexo, idade, religião ou estado civil.

Com a revolução sexual a partir da década de 60 e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, salutar para o alcance do direito de igualdade entre os sexos, acentuou-se uma forma de discriminação que até então as empresas pouco enfrentavam: o assédio sexual nas relações de trabalho.

O assédio sexual, no âmbito do direito do trabalho, é considerado uma forma de discriminação e pode ser definido como toda conduta reiterada que, embora repelida pela vítima, fira sua liberdade sexual, por ser constrangida a fazer aquilo que não quer, utilizando-se o agente de seu poder hierárquico, com a promessa de favorecimentos em caso de aceitação ou ameaça de represálias em caso de recusa.

Embora o Código Penal exija, para a tipificação do delito, que o agente deva prevalecer-se da sua condição de superior hierárquico ou de ascendência em relação à vítima, há quem entenda que a relação de poder entre o assediador e o assediado não é um requisito essencial para a configuração da conduta irregular no âmbito trabalhista. Por esse entendimento, é possível que o assédio parta do subordinado em relação ao chefe, bem como ocorra entre colegas de trabalho do mesmo nível hierárquico, entre prestador de serviço e empregado ou até entre cliente e empregado.

Na grande maioria dos casos noticiados, o sujeito ativo do assédio sexual é o homem, sendo vítimas,

Email: Senha:

* Esqueci minha senha
 * Cadastre-se

Livros Recomendados

O Financenter.com.br indica os melhores livros de Finanças Pessoais

Home Broker

Novo recorde. Veja a evolução do mercado, até outubro. Conheça os corretores que oferecem o serviço



Taxas diárias

Principais taxas do mercado financeiro nos últimos meses. Veja a expectativa de CDI e Ibovespa para próximos meses

Maiores Bancos

Ranking dos 25 maiores bancos no Brasil. Veja seus números para junho/05

Fundos de Investimento

Confira a evolução do Patrimônio e a Renda dos fundos, por categoria

Taxas MENSUAIS

Veja a evolução mensal anual das principais taxas do mercado financeiro



predominantemente, as mulheres, não obstante seja possível o contrário, ou ainda entre pessoas do mesmo sexo. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que 52% das mulheres economicamente ativas já foram assediadas sexualmente de alguma forma.

A convivência social no ambiente de trabalho pode gerar os mais variados tipos de relacionamentos. Condutas dentro dos limites razoáveis de comportamento, se correspondidas, podem até transformar o convívio profissional entre colegas de trabalho em relacionamentos afetivos, namoros ou mesmo casamentos.

Para se distinguir o assédio sexual de meros atos de conquista, ainda que não correspondidos, há de se considerar, com uma certa cautela e sensibilidade, as características da sociedade brasileira, com seus valores históricos, culturais e sociais, que propiciam um convívio mais próximo entre as pessoas.

Essa sensibilidade está refletida em decisões recentes de nossos tribunais, ao concluírem que galanteios ou simples comentários de admiração, ainda que impróprios, se exercidos sem qualquer tipo de pressão, promessa ou vantagem, não configuram o assédio para efeitos de sancionamento civil.

A conduta deixa o campo sociológico e adentra a esfera jurídica quando ultrapassa o limite do consensual e passa a ameaçar a liberdade sexual da pessoa de modo importuno, insistente, chantagioso, causando na vítima medo de perseguição, desconforto no trabalho ou na família, prejuízo na carreira ou receio de perda do emprego.

Não constitui uma tarefa simples distinguir uma situação da outra, razão pela qual é de suma importância a ampla discussão da problemática do assédio sexual no ambiente de trabalho. Além dos imperativos morais que exigem atenção para o problema, sua ocorrência pode também trazer sérios prejuízos à empresa, como danos à sua imagem corporativa, diminuição da produtividade, alto nível de faltas ao trabalho e crescimento do número de licenças médicas.

Não se pode desconsiderar, ainda, os riscos e contingências inerentes às ações judiciais com pedidos de vultuosas indenizações, já que o empregador responde solidariamente pelas condutas inadequadas de seus empregados.

Ainda é incipiente o grau de informação nas empresas sobre a maneira correta de tratar o tema. Devem os empresários estar atentos ao problema e adotar medidas destinadas a erradicar esse comportamento, tais como disponibilizar canais de comunicação para orientação e denúncia, realizar palestras de conscientização e implementar normas de conduta que visem a construção de um ambiente de trabalho saudável e de respeito entre todos os trabalhadores.

Por Marcelo Pereira Gômara e Júlio César Beltrão
<http://www.andima.com.br/clipping/291105/index.html>
Valor Econômico

Um freio na indigência

Uma quantidade de brasileiros comparável ao total de habitantes dos estados de Alagoas ou Espírito Santo — nada menos que 3,180 milhões de pessoas — superou a linha da miséria no ano passado. O economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS-FGV), estima que, entre 2003 e 2004, a proporção de brasileiros que não ganha o suficiente para se alimentar caiu de 27,26% para 25,08%, conforme informou Ancelmo Gois, em sua coluna de ontem no GLOBO. Com isso, o índice de indigência da FGV alcançou o menor nível da série histórica, que começou em 1992.

Foi o primeiro estudo sobre a fome no Brasil com base na recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, divulgada na sexta-feira. Com a queda de dois pontos percentuais na indigência, o Brasil passou a ter 47,794 milhões de habitantes com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 115 por mês (em valores de 2004). A estimativa, contudo, não leva em conta a área rural da Região Norte, uma das mais pobres do país. A metodologia da FGV tem como base uma cesta de alimentos de 2.288 calorias diárias, conforme recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Desde 1995, ano seguinte ao Plano Real, a pobreza não caía tanto no Brasil — com a ressalva de que, como não houve Pnad em 94, o dado se refere ao período 93-95. Em 2003, início do governo Lula, a estagnação econômica e a inflação alta aumentaram a miséria. Já em 2004, o indicador se beneficiou com a recuperação do emprego e, principalmente, com a queda na desigualdade de renda.

O IBGE, que se concentra na renda do trabalho, apurou estagnação nos ganhos dos brasileiros em 2004. Já Neri, que incorporou às suas estatísticas a renda total de cada domicílio dividida pelo número de moradores, chegou à conclusão que, em 2004, o ganho médio no país aumentou 2,85%: de R\$ 401,95 para R\$ 413,43. Sob o mesmo critério, o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, caiu 2,05%. Saiu de 0,585 para 0,573, num cálculo que varia de zero a um, e quanto mais perto de um, pior.

— É importante frisar que está acontecendo algo raro na História brasileira, que é a redução consistente da desigualdade. Em 2004, a pobreza caiu 8%. Dois terços deste resultado têm a ver com queda da desigualdade; um terço, com o aumento da renda dos mais pobres — diz Neri.

Em reunião ministerial, Lula comemorou o resultado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou ontem, durante reunião de coordenação de governo, os resultados da Pnad 2004. Segundo assessores, Lula disse aos ministros — entre os quais Antonio Palocci (Fazenda) e Dilma Rousseff (Casa Civil) — que "ficou feliz porque os números mostram que, depois de 20 anos, a desigualdade começou a diminuir no país".

O presidente citou o Bolsa Família como o principal programa social do governo. Até o fim deste ano, 8,7 milhões de famílias brasileiras integrarão o programa que, para o governo, está ajudando a reduzir a pobreza. A estimativa é de que o número chegue a 11 milhões no fim de 2006.

Marcelo Neri concorda que as políticas de transferência de renda influenciaram a redução da miséria. Mas ele comemora também a recuperação do emprego formal, que cresceu 6,6% em 2004, segundo o IBGE. Foi o caso do pernambucano Leandro José da Silva, de 23 anos, que desde os 18 busca um trabalho com carteira assinada. O jardineiro só realizou seu sonho no ano passado, quando foi contratado como servente por uma indústria em Paulista, na Grande Recife. Por mês, ganha R\$ 308.

— Não dá para ir a festas, comprar roupa ou bebida, mas dá para ir vivendo — diz Silva, que vive numa casa modesta com a mulher, Débora Mariano da Silva, de 19 anos, grávida de quatro meses.

Os diferentes termômetros

O Índice de Indigência da FGV é um dos termômetros de que o país dispõe para acompanhar a proporção de pobres e famintos. A conta de Marcelo Neri toma por base o preço mensal de um grupo de alimentos que compõem dieta de 2.288 calorias ao dia. Já os índices do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, consideram a dieta de 2.100 calorias, recomendadas pela FAO, agência da ONU. Em 2003, o Ipea (que ainda não fez a estimativa para 2004) considerava pobres os brasileiros com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 146 por mês e indigentes os que ganhavam até R\$ 73. Por isso, a proporção de miseráveis para o Ipea é sempre muito inferior à da FGV.

O Banco Mundial tem um valor de referência, útil na comparação de países. Foi esse cálculo que a ONU usou para fixar as Metas do Milênio, nas quais as nações se comprometeram a melhorar os indicadores sociais entre 1990 e 2015. O banco considera pobre quem ganha por dia menos de US\$ 2 (critério de paridade do poder de compra). Abaixo de US\$ 1, é extremamente pobre ou miserável.

Embora com valores e proporções de habitantes diferentes, os dados costumam apresentar a mesma tendência. Por isso, espera-se queda na pobreza e indigência em todos os institutos em 2004.

Número de miseráveis na área rural fica abaixo de 50% pela primeira vez

RIO e RECIFE. Desde 1992, início da série estatística do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), a miséria nas áreas rurais não deixou de cair por um ano sequer. Não por acaso, o campo concentra a maior proporção de indigentes do Brasil. Em 12 anos, a taxa passou de 63,34% para 47,67% dos habitantes, um cálculo que não leva em conta os moradores das áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. O resultado de 2004 é o menor já apurado pela FGV e o primeiro a ficar abaixo de 50%.

Ao contrário de 2003, quando houve aumento, a indigência caiu em 2004 tanto nas áreas metropolitanas quanto nas urbanas. As metrópoles, que sofreram com o desemprego depois de 1998, viram a proporção de indigentes cair de 19,14% para 17,56% entre 2003 e 2004. Foi o terceiro melhor resultado em 12 anos. Em 2003, o índice subia três pontos percentuais. Nas áreas urbanas, que englobam cidades médias, cujas economias têm crescido fortemente

nos últimos anos, a indigência atingiu também o menor nível desde 1992. A proporção de indigentes caiu de 24,99% para 22,94% desde 2003.

Tendência é de melhora dos indicadores sociais

Jonas Fernandes, de 19 anos, morador de Recife, foi um dos que se beneficiou da melhora social. Procurava emprego há um ano. Diante das dificuldades, foi ajudar o pai, entregador de móveis. Só há quatro meses conseguiu vaga como ajudante de produção numa caldeiraria, com salário de R\$ 347,60.

— Há um ano estava batalhando. Estava complicado, mas consegui. Estou como prestador de serviço, mas com seis meses posso ser efetivado — planeja.

Jonas resume uma tendência que o economista Marcelo Neri já prevê para os indicadores sociais de 2005. Como a recuperação do emprego se manteve nos três primeiros trimestres do ano, a tendência é de que a Pnad 2005 traga, novamente, uma onda de boas estatísticas sociais para o país.

Neri calculou também a queda da extrema pobreza com base na metodologia de US\$ 1 por dia, do Banco Mundial. Descobriu que, entre 1993 e 2004, a proporção de brasileiros miseráveis caiu de 12,41% para 5,33%. Se estivessemos em 2015, o país teria cumprido a meta número um dos Objetivos do Milênio: reduzir à metade a proporção de pobres em 25 anos, a partir de 1990. Na linha da FGV, a queda no mesmo período foi de 36%. Marcelo Medeiros, do Centro Mundial de Pobreza da ONU, festeja a queda da indigência, mas diz que US\$ 1 ao dia é compatível com a África, não com o padrão do Brasil.

Rio teve queda abaixo da média

A proporção de pobres no Rio de Janeiro caiu abaixo da média nacional em 2004. Segundo a FGV, a proporção de famintos no estado caiu 6,5% em relação a 2003, contra 8% no índice brasileiro. Ao todo, há 12,75% de fluminenses sem renda suficiente para comer — em 2003 eram 13,64%.

O Maranhão ainda tem o maior índice de indigência do país. Lá, 56,07% dos habitantes estavam abaixo da linha em 2004, contra 57,52% em 2003.

O estado com a menor proporção é Santa Catarina, onde 7,9% não conseguem comprar os alimentos de que necessitam com a renda disponível. O número cresceu 3,5% em relação a 2003, quando estava em 7,64%.

O Globo

Flávia Oliveira

COLABORARAM: Cristiane Jungblut e Pereira Júnior e Pereira JÚnior

<http://www.andima.com.br/clipping/291105/index.html>

Falta de educação | **O assédio sexual no ambiente de trabalho** |
Como vender a sua competência | A arte de negociar com ética no
mundo corporativo | Aprendendo a aprender | Os ensinamentos de
Ram Charan, o guru dos mais poderosos | A difícil arte de escolher
o melhor destino profissional | Como atingir seus objetivos | O
princípio da incerteza | Selecionar vira brincadeira | Você tem
MEDO ou RAIVA do DINHEIRO | Mulheres brancas recebem o
dobro do valor pago às negras | De volta aos velhos princípios
fundamentais | Networking | Que papel você quer viver? | O
momento da virada profissional | Erros e fracassos, caminhos para
o sucesso | Financie a sua educação | Conceitos de
Responsabilidade Social Empresarial | Um longo caminho para
chegar ao topo | A crise dos 40 anos | A arte de buscar uma
colocação | Ofende os bons, quem poupa os maus | Venda Suas
Idéias | Prevenir é melhor que remediar | Pais e filhos não se
conhecem | Revolução trabalhista na Europa | Saiba quais os
benefícios que podem ser incorporados ao salário | Por que
perdemos o foco | Empregabilidade | 10 Dicas Extremamente
Simples para Alavancar a Sua Carreira



Termos de Uso - Aviso Legal

Copyright © 2001 Financenter - Todos os direitos reservados.